



Comunidade que dá suporte à agricultura, educação e saúde (CSAES) Bindu: uma experiência de promoção da saúde através da agroecologia.

Community Supporting Agriculture, Education and Health (CSAES) Bindu: an experience of health promotion through agroecology.

TRAJANO, Marcos¹; MORENO, Ximena²

¹ Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal, trajano.bindu@gmail.com; ² FIOCRUZ Brasília, xmorenosepulveda82@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Saúde e agroecologia

Resumo: O relato descreve o surgimento da Comunidade que Sustenta a Agricultura, Educação e Saúde Bindu (CSAES Bindu) e as relações que inspiraram um dispositivo técnico assistencial na Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF) que ganhou contornos de equipamento público de saúde: os Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (HAMB) no Sistema Único de Saúde (SUS). Os autores debatem a interseção entre a Agroecologia e a Promoção da Saúde como áreas que se potencializam mutuamente nos territórios em prol de soluções para desafios da crise socioambiental da sociedade contemporânea. A experiência dialoga com políticas públicas, em especial com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e as relaciona com as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e a implementação de cultivo biodinâmico de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, nativas e alimentícias em sistema agroflorestais agroecológicos no SUS.

Palavras-Chave: agroecologia; promoção da saúde; comunidade que dá suporte à agricultura; agricultura familiar; conservação produtiva.

Contexto

A crise atual, descrita como socioambiental, afeta todos os âmbitos da vida humana, e em verdade é muito mais ampla e atinge de diferentes modo os territórios urbanos e rurais (Sepúlveda et al, 2022). Inovações em tecnologias sociais são cada vez mais desejadas e necessárias, especialmente no que tange ao paradigma produtivo predominante uma vez que determina o relacionamento entre quem cultiva o alimento com quem precisa e busca alimentar-se, é neste contexto que surgem novas formas de vínculo entre as pessoas na contemporaneidade.

As comunidades que dão suporte à agricultura (CSA) existem em torno de acordos coletivos e fundamentam-se no ideal de apreço mútuo, de modo que há compartilhamento das responsabilidades pelas culturas dos alimentos em busca de conservação da paisagem, do solo e da sociobiodiversidade como elemento central do grupo de pessoas que as compõem. Existe, portanto, uma relação direta entre agricultores e as pessoas que consomem os gêneros alimentícios. Essa ideia pode ser positiva e rica do ponto de vista socioambiental, tanto para o campo quanto



para a cidade, por um lado por permitir circulação de recursos financeiros que se apresentam como investimento em ações locais e ao mesmo tempo por proporcionar acesso a hábitos alimentares em torno do consumo de produtos frescos, livres de venenos e de relações sociais injustas. Para tanto, há quase dez anos a Associação Comunitária CSA Brasil atua nacionalmente difundindo essas novas formas de relacionamento, a exemplo do curso de fomento à criação de CSA promovido pela a organização em Brasília, há oito anos, de onde nasceu a CSA Bindu (Sepúlveda et al, 2022).

Os co-agricultores, termo utilizado nas CSAs para denominar o consumidor que deixou de ser comprador e passa a compreender e participar da dinâmica produtiva de seu alimento. Assim, com cadeias produtivas mais curtas, os alimentos viajam por menores distâncias, com estímulos às economias locais o que contribui para o desenvolvimento de sistemas alimentares promotores de justiça socioambiental, reduzindo a necessidade de importações e fortalecendo a soberania dos povos e a segurança alimentar e nutricional (SAN) por territórios mais seguros, saudáveis e sustentáveis.

As CSA contribuem para modelo produtivos em que as pessoas tenham experiências que Westphal identifica como promotoras de saúde: mudanças comportamentais, que se verificam com a mudanças nos estilos de vida individuais; são espaços onde acontecem experiências educacionais, que mudam os estilos de vida; fortalecimento comunitário com estímulo à participação social e Vivências que estimulam a transformação social – centrado no conceito de democracia participativa, orientadas pelo princípio da equidade, em direção à mudança das relações de poder e ações sobre os determinantes sociais da saúde (Azevedo e Pelicione, 2011).

Para Buss et al (2020), a mediação entre a população e o poder público, assim como a capacitação para o exercício da cidadania e do controle social são, para a promoção da saúde, contribuições inestimáveis que não podem ser descuidadas ou perdidas. Segundo (Azevedo e Pelicioni, 2012) a agroecologia e a promoção da saúde são áreas contributivas e complementares. Embora ainda sejam tímidas as iniciativas que buscam identidades comuns entre elas, a aproximação de ambas pode enriquecer o campo da saúde no campo e nas cidades em prol da concepção de políticas públicas que estimulem e fortaleçam intervenções e práticas intersetoriais dessas temáticas, juntas.

Descrição da Experiência

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO objetiva integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. A soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde (Brasil,



2012). Já a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) relaciona-se com a vigilância em saúde e por isso aponta para necessárias melhorias das condições e da qualidade de vida, uma vez que afetam a saúde humana: a promoção da saúde desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade equitativa (BRASIL, 2006). Para tanto, articula-se intersetorialmente, de modo que as três esferas de governo atuem junto com toda a sociedade no enfrentamento das iniquidades e em prol de ambientes mais seguros e saudáveis para a população. A participação social é uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) expressa no artigo 198 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL 1988). Já o relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde relaciona a saúde às condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (Anais da 8ª CNS), de modo a valorizar a autonomia das pessoas e a corresponsabilização dos indivíduos com a própria saúde.

Para Burigo e Porto as aproximações entre saúde e agroecologia são importantes devido ao agravamento das crises sociais, ecológicas, sanitárias e democráticas em todo o planeta que conduziram a um sistema agroalimentar indutor do consumo de agrotóxicos, transgênicos e a uma síndrome de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas; e aos próprios significados da questão agrária e da agroecologia para a saúde coletiva (Burigo e Porto, 2019).

Assim, nascida em 2016, a CSA Bindu surgiu a partir das experiências individuais de transumância de um casal: um homem e jovem médico, e uma mulher, formada em medicina veterinária e gestão ambiental, ambos em busca de construir relações sociais de produção coletiva e sustentável. A motivação inicial do casal neorural consistia na transformação das relações entre indivíduo, natureza e sociedade, com um ativismo crítico ao paradigma de sucesso socioeconômico predominante com o objetivo de tornar visíveis as interdependências e conexões diretas entre quem produz e quem consome (Sepúlveda et al, 2021). Em 2017 começou a ser construída uma rede intersetorial de apoio mútuo, formada por outras CSA e instituições de ensino e assistência ligadas à antroposofia. Os fundamentos da rede intersetorial foram a confiança, o trabalho humano justo e a liberdade, esta última entendida como uma qualidade adquirida pelo ser humano autoconsciente de suas responsabilidades, deveres e obrigações para com uma comunidade (Sepúlveda et al, 2021).

A CSA Bindu tem a característica de ser uma comunidade com muitos pesquisadores(as), professores(as) e profissionais da saúde. Foi no processo contínuo e participativo de co-criação que surgiu a ideia de incluir na planilha de custo de cultivo dos alimentos um valor para ofertar estágio remunerado a estudantes, principalmente mulheres, de agroecologia ou outros cursos. Também surgiu a necessidade de entregar toda semana plantas medicinais para chás. Neste organismo socioagrícola funcionou por 4 anos um jardim de infância com inspiração na pedagogia Waldorf. As crianças realizavam atividades semanais nos cultivos. Nessa transformação, a comunidade decidiu denominar-se CSAES, Comunidade que dá suporte à Agricultura, Educação e Saúde.



A CSAES que começou com 15 coagricultores, com 1 agricultora e 1 agricultor, e 1 ponto de convivência. Em poucos anos chegou a ter 45 coagricultores com 3 agricultores (1 agricultora e 2 agricultores), 3 estagiárias e 1 estagiário, e com 3 pontos de convivência, porém com a Sindrome por COVID 19 as cotas diminuíram a 25 e a equipe diminuiu a 1 agricultora, 1 agricultor e 1 estagiária, com 1 ponto de convivência.

Todo o processo de cultivo é orientado pelos princípios da agricultura biodinâmica, de Rudolf Steiner, que entende a propriedade agrícola como uma individualidade, denominado organismo socioagrícola, com diferentes componentes e recursos, reconhecendo que a saúde do solo, do vegetal, do animal e do ser humano depende de um relacionamento mais amplo entre as forças que impulsionam os processos naturais (Kruger, 2003; Lobo, 2019). As técnicas da agricultura biodinâmica são o uso dos preparados produzidos a partir de plantas, esterco e sílica, uso de composto biodinâmico, adubação verde, plantio consorciado de espécies, o uso do calendário astronômico e observação fenomenológica do desenvolvimento das plantas (Moreno, X, Trajano M e Peneireiro F. 2023).

Atualmente, 50% dos coagricultores da CSAES Bindu são do grupo pioneiro que acompanha o processo desde 2016, 30% entraram na comunidade antes e 20% durante a Pandemia por Covid 19. O principal desafio da CSAES Bindu é aumentar o número de coagricultores para melhorar a saúde financeira dos agricultores e aumentar o número de estagiários.

A tecnologia social desenvolvida na CSAES Bindu foi utilizada em 2018 para inspirar mutirões agroecológicos na Unidade Básica de Saúde nº 1 do Lago Norte, em Brasília, na qual se desenvolve o pioneiro Horto Agroflorestal Medicinal Biodinâmico - HAMB; (Sepúlveda et al, 2021). Em 2020, o projeto que dá sustentabilidade à implantação dos hortos foi publicado em diário oficial do DF e em 2021 ampliado para 4 unidades de saúde no total. Os quatro HAMB estão cumprindo com o objetivo de fornecer matéria prima para produção de insumos farmacêuticos ativos vegetais (IFAV) pelas farmácias vivas e também para cidadãos que procuram por plantas medicinais de uso popular. Também tem sido utilizado como espaço educativo, para desenvolver as práticas integrativas em saúde; mutirões agroecológicos; espaço pedagógico para reconhecimento das plantas medicinais, plantas tóxicas e outras práticas agroecológicas; tem se transformado em espaço verde revitalizado nas unidades de saúde, espaço em que são promovidos importantes serviços ambientais como melhora do microclima, infiltração da água da chuva no terreno, manutenção e aumento da biodiversidade (flora e fauna) e da polinização, proteção do solo contra erosão, manutenção da fertilidade do solo, dentre outros (Moreno, X, Trajano M e Peneireiro F. 2023).

Em 2023 o projeto avançou para a fase de implantação de uma “Rede de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos” sendo ampliado para 12 novas unidades de saúde, totalizando 16 HAMB no DF. É notório que, dada à força do modelo biomédico para gestores, trabalhadores ou pessoas da comunidade, a presença destes equipamentos em unidades de saúde, enquanto dispositivos



tecnossistencias, pode ser questionada na medida em que não seja percebida a importância de cultivar plantas medicinais para ações de vigilância, prevenção, promoção e proteção da saúde. Este modelo biomédico é baseado no individualismo; na relação saúde/doença, a saúde é vista como mercadoria; na medicalização da vida; na centralidade no profissional médico e na participação passiva do paciente (Luz e Barros, 2012). Em contraposição, a implementação da Reforma Sanitária Brasileira tem se esforçado para responder aos desafios da atenção pública à saúde, entre outras coisas, com a inclusão da comunidade e dos coletivos em seus territórios nas formas de ação.

Segundo uma pesquisa de Azevedo e Pelicioni, percebe-se a falta de diálogo entre a Agroecologia e a Promoção da Saúde, que são consideradas áreas afins. Na literatura, a qualidade do alimento é o principal elemento de conexão entre elas, além da origem dos alimentos e da ausência de agrotóxicos como fator de qualidade. Também foi apresentado o conceito de alimento saudável com base em abordagens restritivas, tendência das estratégias de promoção da saúde voltadas às práticas alimentares saudáveis (Azevedo e Pelicioni, 2011). Assim, necessita-se de pesquisas acerca dos relacionamentos e atividades comunitárias que promovem os encontros, como os mutirões agroecológicos, como ações de promoção da saúde e da participação popular e organização comunitária.

Resultados

A inovação agroecológica neorrural apresentada faz parte da transformação do paradigma produtivo na medida em que propõe novas formas de relacionamento entre as pessoas, com desenvolvimento de sistemas agroalimentares que promovem justiça socioambiental, soberania, SAN e a criação de territórios seguros, saudáveis e sustentáveis e que a promoção da saúde vai muito para além de não consumir alimentos com agrotóxicos.

Assim, a experiência da CSAES Bindu que inspirou a rede de HAMB no DF tem contribuído com o desenvolvimento de reflexões teóricas e experiências práticas sobre: relações econômicas baseadas na cultura do valor e apreço; relações de cooperação orientadas para a agroecologia e desenvolvimento sustentável; produção de alimentos biodiversos sem insumos sintéticos e agrotóxicos; SAN; conservação produtiva em área de amortecimento e laços de confiança em momentos críticos.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, E e PELICIONE, MCF. Promoção da Saúde, Sustentabilidade Agroecologia: uma discussão intersectorial. Saúde Soc. 2011. v.20, n.3, p.715-729.

AZEVEDO, E; PELICIONI, MCF. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2012; 31 (4): 290-5.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF, 2012.

BUSS, P. M, ARAÚJO, Z, PINTO, L, ROCHA, L. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). 2020. Ciência & Saúde Coletiva. V. 25 (12), p.723-4735.

KRUGER, Fedra G. Q. Adubação mineral, orgânica e biodinâmica de Yacon (*Polymnia sonchifolia* POEP & ENDL): rendimento, qualidade e armazenamento. 2003. 226 p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2003.

Lencioni R, Franco, F, Alveres, S. A economia associativa na agricultura de base ecológica: um estudo de casa da CSA Demetria, Botucatu, SP. Rev Plant. Sonhos: exp. Agro. Est. São Paulo. 2018; 193-199.

LOBO, Carlos E. S. Do pensar ao fazer: perspectivas filosóficas, conceituais e práticas acerca da agricultura biodinâmica no Brasil. 2019. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2019.

LUZ, MT; BARROS, N. Racionalidades Médicas e Práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: Cepesc / Ims / Uerj / Abrasco, 2012.

MORENO, Ximena; PENEIREIRO, Fabiana; TRAJANO, Marcos. Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos (HAMB) para a produção de insumos farmacêuticos ativos vegetais (ifav) na secretaria de estado de saúde do distrito federal. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 1, p. 101-111, 2023. ISSN: 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23765> . SELG P. Koberwitz, Pentecostes 1924 – Rudolf Steiner e o Curso de Agricultura. Florianópolis: Insular; 2016. SEPÚLVEDA et al. SAÚDE DEBATE, V. 46, N. Especial 2, P. 518-526, Jun 2022.

SANTOS, D, MISHIMA, S, MERHY, E. Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: potencialidades da subjetividade do cuidado para reconfiguração do modelo de atenção. Ciência & Saúde Coletiva, 2018; v. 23(3):861-870.

SEPÚLVEDA, X.S.M; FERREIRA, M.A.T, MILHOMEM, A.P.A.S; FENNER, A; CORRÊA, V.S; KNIERIM, G.S; BARROS, N.F. Chácara Bindu, uma experiência de agroecologia, conservação produtiva, educação e saúde. Saúde em Debate, v. 46, p. 518-526, 2022.